

EMPREENDEMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – ANÁLISE DA VIABILIDADE DA ARTICULAÇÃO ENTRE GERAÇÃO DE RENDA, RECICLAGEM E GESTÃO AMBIENTAL.

Arlete Cândido Monteiro Vieira¹, Bruna Ferreira Malagutti², Fabio Ricci³

¹FAPÍ – Faculdade de Pindamonhangaba/ Curso de Administração Rodovia Presidente Dutra 99/ Caixa Postal 1041 Pindamonhangaba – SP arletemonteiro@terra.com.br

²UNITAU – Universidade de Taubaté/Engenharia Ambiental Taubaté – SP bruna.ferreira.malaguti@gmail.com

³UNITAU – Universidade de Taubaté/ Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional. Taubaté – SP fabioricci@uol.com.br

Resumo- Esse artigo apresenta a pesquisa que investigou a viabilidade da articulação entre geração de renda, reciclagem e gestão ambiental. Delimitou o estudo a análise dos projetos de implantação, planejamento e a sustentabilidade no contexto político, econômico e social. A metodologia usada foi exploratória, de campo e bibliográfica. Os instrumentos foram: observação sistematizada e pesquisa documental. Os dados foram coletados de 2006 a 2007 e a análise comparativa verificou a influência ambiental que formaram os fatores de sucesso para a sustentabilidade e possível replicação. Os resultados comprovaram que apesar da crise do mercado de trabalho apresentar um quadro complexo, e os desafios enfrentados pelas cooperativas populares, essa forma de trabalho pode ser uma alternativa possível e sustentável aos trabalhadores, desde que tenham consciência social para a colaboração, a cooperação, a autogestão e a solidariedade, cujas ações sejam direcionadas por políticas públicas de apoio articulando geração de renda, reciclagem e gestão ambiental.

Palavras-chave: Economia Solidária, Cooperativismo, gestão ambiental

Área do Conhecimento: VI Ciências Sociais e Aplicadas

Introdução

O desemprego estrutural e crônico que prevalece hoje em escala mundial tornou ilusórias as políticas econômicas que coloquem o foco exclusivamente no crescimento econômico e nos incentivos aos investimentos empresariais.

A crise se manifesta por consequência do empobrecimento de milhões de famílias que haviam usufruído, no mínimo, de um padrão satisfatório de vida, o que agrava outras carências: de saúde, de habitação, de escola, de alimentação (SINGER, 2000).

A marginalização gerada pelo desenvolvimento capitalista e a urgência de ações, sentida ora por pessoas da sociedade engajadas em causas sociais, ora pelo próprio poder público na implantação de programas e projetos para atender as realidades locais de desenvolvimento e provocar um fenômeno que promovesse a alternativa de mudança em uma relação produtiva incapaz de absorver uma camada de trabalhadores à margem das exigências do mercado de trabalho e estarem extremamente ligadas ao desenvolvimento da comunidade em que se situam.

Considerou-se o aspecto ambiental como elemento integrador, devido ao enfoque globalizante e por a mesma apresentar possibilidades de integração e interações em todos os níveis necessários para o

desenvolvimento de programas sócio-ambientais, levando-se em conta a percepção de quando se alia o social, o ambiental e o econômico, torna-se possível oferecer condições sistemáticas para uma renovação no pensamento que possibilite atitudes ecologicamente corretas para a construção de um ambiente sustentável

Metodologia

Para a estruturação metodológica as informações foram tratadas de forma exploratória, qualitativa e bibliográfica, apoiando-se na observação sistematizada e documental. Delimitou-se a análise da orientação dos projetos de constituição, sua evolução dentro da estrutura cooperativista, alinhando e interagindo os aspectos sociais e ambientais, com o estudo da viabilidade dos empreendimentos solidários de geração de renda.

Discussão

O cooperativismo pode ser instrumento para a luta de determinados grupos sociais pelo redesenho de padrões culturais, sobretudo aqueles que se referem a hábitos relacionados com os mecanismos de produção/distribuição/consumo de bens e serviços.

Em outra variante de compreensão, pode-se perceber que os princípios do cooperativismo possuem relação com os princípios fundamentais da cooperação, compreendida como uma possibilidade de eliminação das diferenças entre as pessoas, conforme argumenta Borgadus (1964), Marx (1985) e Lenin (1980). Nestes termos pode-se estar dando fundamentos ao que pode ser chamado de Cooperativismo Popular como o que é sugerido em Guimarães (1999) e conforme argumenta Lauschner (1982).

O cooperativismo popular, ao qual este artigo se refere aproxima-se do exercício dos princípios fundamentais da cooperação, da prática da autogestão e da busca da composição de alianças estratégicas contra a pobreza e a exclusão social, trata-se de um tipo de cooperativismo que se articula com os movimentos de luta pelo exercício fundamental da cidadania.

No Brasil, este tipo de cooperativismo está se desenvolvendo e é parte de um movimento que se convencionou chamar de Economia Solidária, que é constituída por organizações econômicas populares que se caracterizam por unidades produtivas que têm como prática cotidiana, ou horizontes os processos de trabalho autogestionários e solidários.

Icaza e Tlriba (2003) chamam de “economia popular” o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais.

A definição do conceito de Economia Solidária passa, necessariamente, pelo contato direto com a realidade concreta de seus atores sociais no cotidiano de suas práticas – sejam os trabalhadores em suas atividades produtivas, de comercialização, de consumo e de prestação de serviços; seja a Universidade em seus projetos de pesquisa e extensão; seja a Igreja em suas ações de base; seja o movimento sindical em sua busca de alternativas; sejam os movimentos sociais em sua busca de mobilização e organização comunitária; seja o poder público em sua elaboração e execução de políticas públicas em conjunto com a sociedade civil.

Para Singer (2002), Economia Solidária pode ser entendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, comercialização, consumo, poupança e crédito - organizados sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva do capital e participação democrática nas decisões na gestão. Nesse conceito, se observa que o relacionamento intersubjetivo entre os atores da Economia Solidária é de fundamental importância na caracterização de sua definição e na concretização de sua ação econômica, social e política.

A Economia Solidária é um tema ainda em construção e traz consigo toda uma reflexão se desenvolve com as experiências concretas e as investigações empíricas

O principal objetivo da economia solidária é organizar empreendimentos econômicos para viabilizar alternativas de trabalho e renda para grupos de pessoas nos quais todos são responsáveis pelo que o empreendimento vai produzir ou pelos serviços que vai prestar como ele vai produzir e o que fará com os resultados.

Alguns empreendimentos solidários conquistaram sua sustentabilidade pelo desenvolvimento da atividade de reciclagem que está inteiramente articulada à gestão de resíduos sólidos.

Entende-se como “Gestão dos Resíduos Sólidos”, todas as normas e leis relacionadas a este e como “Gerenciamento Integrado dos resíduos Sólidos”, todas as operações que envolvem os resíduos, como coleta, transporte, tratamento, disposição final, entre outras (LOPES, 2003).

Cada brasileiro gera em média 500 gramas de lixo diariamente, que podem chegar a mais de 1 kg dependendo do poder aquisitivo e do local em que mora. (FARIAS, 2003)...

No Brasil, atribuiu-se ao lixo, segundo a NBR 10.004 – Resíduos Sólidos - Classificação, de 1987, da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas, que normatiza providências no sentido da classificação dos resíduos que o compõem) – a denominação de “resíduos sólidos”; *residuu*, do latim, significa o que sobra de determinadas substâncias, e sólido é incorporado para diferenciá-lo de líquidos e gases.

A gestão de resíduos sólidos municipal é um sistema que administra os resíduos sólidos produzidos em toda a área municipal não-industrial; resíduos classe II-A provenientes de restos de varrição (de ruas, avenidas, etc.), orgânicos de feiras, podas, entre outros, resíduos de serviço de saúde (Classe I), resíduos inertes (Classe II-B); contemplando os métodos de coleta, transporte, tratamento, e disposição final destes, além de iniciativas de cunho educativo que visem conter a produção descontrolada e incentivos para ação corretiva da disposição irregular.

Segundo Fritsch (2000), “produzir resíduos é inerente ao ser humano”, destiná-los adequada e satisfatoriamente é o maior desafio das administrações públicas. “Essa atividade não pode ser exercida sem a colaboração direta do munícipe”.

A partir disso, entende-se que a problemática maior relacionada aos resíduos está concentrada nas atitudes da própria sociedade.

Quanto maior a quantidade de lixo gerada por uma cidade, maiores são os gastos com ele. Por isso, incentivar a redução da geração de resíduos

é uma das estratégias para que os municípios consigam reduzir sua receita, no que se refere aos gastos com a coleta, tratamento e disposição final destes. Porém, antes mesmo de se procurar reduzir a produção de resíduos, é fundamental investir na prevenção.

Os atores e seu contexto

O município de Jacareí localiza-se na região do Paraíba do Sul na denominada Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos UGRHI – 02, que abrange 38 municípios.

Segundo os levantamentos realizados pela Fundação – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no CENSO demográfico do ano 2000, Jacareí conta em média com uma população de 200.000 habitantes.

O município conta com uma economia em franco desenvolvimento, com um expressivo número médio de 160 indústrias e 5.600 estabelecimentos comerciais. No parque industrial do município destacam-se as atividades do setor de metalurgia, confecção, serralheria, editorial e gráfica, materiais de construção e produtos químicos.

Dentre os resíduos domiciliares coletados pelo município de Jacareí, 46,9% tem potencial para comercialização no mercado nacional de materiais recicláveis, de acordo com um estudo levantado pela empresa PROEMA, responsável pelo Plano de Limpeza Urbana de Jacareí (2002).

Foi realizado o levantamento das áreas de disposição irregular no município de Jacareí, bem como as práticas de cálculos de volume de resíduos gerados, taxa de coleta de lixo, e Disposição atual do Aterro Sanitário e futuro Aterro de Inertes.

A Prefeitura Municipal de Jacareí e a Associação Vale Reciclar, através de um convênio assumiram o compromisso de realizar, em parceria, algumas proposições para o Sistema de Reciclagem de Materiais previstas no Plano de Limpeza Urbana de Jacareí, contemplando a participação dos catadores organizados pela Associação Vale Reciclar, na continuidade do sistema de coleta porta a porta.

Em meados de 2005, a Prefeitura Municipal de Jacareí através da Secretaria de Meio Ambiente realizou o 1º Curso de Capacitação de Catadores de Materiais Recicláveis com o apoio da VCP - NEA (Núcleo de Educação Ambiental) VOTORANTIM - visando capacitar pessoas que trabalham com a coleta seletiva e separação de materiais recicláveis, para fortalecimento da Associação existente (Vale Reciclar) e posterior implementação de uma cooperativa, onde os cooperados terão maiores possibilidades de crescimento e lucro.

No curso os catadores foram orientados para trabalhar de forma mais organizada, nas questões de meio ambiente, educação ambiental, higiene, saúde, segurança no trabalho, cooperativismo e administração. Também foram realizadas visitas à cooperativas com experiências de sucesso, à palestras com catadores como incentivo motivacional e instruções do Sebrae dando suporte para formação de cooperativa.

Após o término do curso um grupo se uniu a fim de formar a 1ª Cooperativa de Catadores de Jacareí, visando uma melhor organização para recolhimento dos materiais, melhor distribuição de renda e aumento de produção (maior coleta no município).

O município de Guaratinguetá situa-se no Estado de São Paulo, em uma importante artéria rodoviária, a via Dutra, entre as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com dados do IBGE, Guaratinguetá possui cerca de 110 mil habitantes, sendo 98 mil na área urbana e 7 mil na área rural, dos quais 36 mil trabalham em algum setor da atividade econômica local. Em relação a esse total, apenas 25% possui algum tipo de contrato formal de trabalho.

O Projeto “Amigos do Lixo” nasceu da síntese de dois projetos. Um deles, elaborado pelo engenheiro André Luiz de Paula Marques, técnico da Secretaria de Serviços Urbanos de Guaratinguetá e especialista em tratamento do lixo urbano, buscava realizar um programa integrado de gestão dos resíduos sólidos para Guaratinguetá.

O outro projeto, elaborado pela psicóloga e técnica social da Caixa Econômica Federal, Ana Marina Lourenço Pereira de Almeida, colocava em evidência a preocupação com a situação social dos catadores do “lixão” e dos que trabalhavam na rua, sem, contudo esquecer a dimensão ambiental do tratamento que o município vinha dando ao lixo.

Como se percebe, apesar de terem sido elaborados por pessoas diferentes, os projetos se complementavam em seus objetivos.

O planejamento do projeto foi iniciado em julho de 2000 com o levantamento das pessoas que exerciam a atividade de coleta no lixão e nas ruas da cidade, suas condições socioeconômicas, seus hábitos e costumes. De posse dos resultados, organizaram-se reuniões com os catadores para discutir as suas necessidades, suas expectativas, a atividade em si e suas aplicações sociais e ambientais e foram confeccionados dez carrinhos, financiados por um empresário local.

A metodologia e o material utilizado foram fornecidos pelo Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre).

Resultados

As análises dos dados comprovaram que as experiências promoveram a cidadania não apenas dos atores envolvidos diretamente, mas de toda a coletividade, ao envolvê-la em um processo social e ambiental, se aproximando de outras importantes iniciativas de reciclagem e de promoção da cidadania dos catadores, alinhando-se ao Movimento Nacional dos Catadores.

As pessoas superam sua pobreza, resgataram sua dignidade, transformando o lixo em solução rentável e ainda possibilitando a conscientização da sociedade para os problemas ambientais ocasionados pelo lixo.

Considerações Finais

A pesquisa explorou os efeitos do cooperativismo popular como agente alternativo para a geração de trabalho e renda, partindo da vertente pioneira à solidária e outros trabalhos acadêmicos poderão ser executados abrangendo outras formas de atuação da economia popular e solidária.

As conseqüências positivas chamaram a atenção do poder público que, ao se sensibilizar passou a atender as reivindicações/demandas da cooperativa e a organizar, não só para a cooperativa, mas para a cidade, políticas públicas de inclusão social, e gestão ambiental.

Há um caminho a ser percorrido na consolidação da organização democrática do trabalho e sua viabilidade está ligada ao processo de capacitação, empreendedorismo e planejamento das ações, sendo imprescindível à presença dos três "is" – idéia, indivíduo e instituição, com consciência social permeada pela colaboração, cooperação, autogestão e solidariedade, como também ações direcionadas por políticas públicas de apoio e incentivos, que seja uma atividade de prevenção e/ ou combate à situação de vulnerabilidade social e promoção de condições de vida mais digna, sempre promovendo praticas adequadas para a superação da lógica tradicional de dominação e exclusão.

Conclui-se então que, se a economia não oferece oportunidade legal para a sobrevivência de pessoas que estão em condições de desigualdade social, elas encontram na reciclagem de resíduos sólidos uma forma de viver com solidariedade, potencializando ações de pessoas simples em empreendimentos com objetivos socioeconômicos e ambientais.

Referências

BORGADUS, E. S. Princípios da cooperação. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Lidador, 1964.

FARIAS, J. S. Gestão Integrada de resíduos Sólidos. 2003.

FRITSCH, I. E. Resíduos Sólidos e seus Aspectos Legais, Doutrinários e Jurisprudenciais. 2000.

GUIMARÃES, G.. Por uma tecnologia do trabalho. In: Sindicalismo e cooperativismo. São Paulo/Rio de Janeiro. 1999

ICAZA, A. M. S. e TIRIBA, L.. Economia popular. In: CATTANI, A. D. (Org.) A outra economia. Porto Alegre: Editora Veraz. 2003.

LAUSCHNER, R. Autogestão, cooperativismo e capitalismo. In: Revista Perspectiva Econômica, nº 36, v. 12. São Leopoldo: UNISINOS, 1982

LENIN, V. I. Sobre a cooperação, In:Obras escolhidas. Ed. Alfa-Omega.1980

LOPES, A.A. Estudo da Gestão e do Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos no Município de São Carlos (SP). 2003.

MARX, K. Cooperação. In: O Capital. V. I, São Paulo: Ed. Abril Cultural. 1983

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: P. SINGER, A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como Resposta ao Desemprego. São Paulo: Contexto, 2000

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. 1ª ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002